

## **MÃES ACADÊMICAS DO ENSINO SUPERIOR: um estudo qualitativo**

MADRES ACADÉMICAS EN EDUCACIÓN SUPERIOR: un estudio cualitativo

ACADEMIC MOTHERS IN HIGHER EDUCATION: a qualitative study

Nazilene Oliveira da Silva<sup>1</sup>   
Daniel Cerdeira de Souza<sup>2</sup> 

### **Resumo**

O objetivo deste estudo foi compreender os desafios da trajetória universitária de mães acadêmicas do ensino superior no interior do Amazonas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, fruto de um projeto de iniciação científica realizado no Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas. Onze mulheres acadêmicas do ensino superior que também são mães foram entrevistadas, e os dados foram analisados por meio da técnica de Análise Temática. Como resultados, foram construídos três temas: 1) Discriminação na universidade; 2) Lugar do progenitor na vida dos filhos de mães acadêmicas e 3) Maternidade e evasão acadêmica. Esses temas discutem os desafios vivenciados pelas participantes, que precisam ser superados para a conquista do ensino superior. Observou-se que a maternidade funciona como uma barreira à formação universitária, constituindo-se como um fator de vulnerabilidade à evasão acadêmica. A ausência de redes de apoio para o cuidado dos filhos faz com que as mães acadêmicas vivam constantemente no limiar entre a exaustão e a sobrecarga. As relações sociais na universidade, muitas vezes, agravam esse cenário por meio da violência de gênero e da violência simbólica. Quanto aos progenitores homens, observa-se que, socialmente, a eles é reservada uma paternidade de caráter "facultativo". Quando o pai exerce funções de cuidado e oferece apoio à mulher, esse cuidado é geralmente vinculado ao relacionamento conjugal — ou seja, ele "ajuda" apenas porque é casado com a mãe. Ainda assim, a responsabilidade pela criação dos filhos continua sendo atribuída quase exclusivamente à mulher.

**Palavras-chave:** Maternidade. Universidade. Ensino Superior. Gênero.

### **Resumen**

El objetivo de este estudio fue comprender los desafíos de la trayectoria universitaria de madres académicas de la educación superior en el interior del estado de Amazonas. Se trata

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Licenciatura em Pedagogia. Universidade Federal do Amazonas. Instituto de Natureza e Cultura. Benjamin Constant. Amazonas. Brasil. E-mail: [nazileneoliveira3@gmail.com](mailto:nazileneoliveira3@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em Psicología pela Universidade Federal de Santa Catarina. Docente da Universidade Federal do Amazonas. Instituto de Natureza e Cultura. Benjamin Constant. Amazonas. Brasil. E-mail: [dancerdeira01@gmail.com](mailto:dancerdeira01@gmail.com)

### **Como referenciar este artigo:**

DA SILVA, Nazilene Oliveira; DE SOUZA, Daniel Cerdeira. MÃES ACADÊMICAS DO ENSINO SUPERIOR: um estudo qualitativo. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 27, e8120, 2025.  
DOI: <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v22i0.8120>

de una investigación cualitativa, resultado de un proyecto de iniciación científica realizado en el Instituto de Naturaleza y Cultura de la Universidad Federal de Amazonas. Se entrevistó a once mujeres académicas de la educación superior que también son madres, y los datos fueron analizados mediante la técnica de Análisis Temático. Como resultado, se construyeron tres temas: Discriminación en la universidad; El papel del progenitor en la vida de los hijos de madres académicas; Maternidad y deserción académica. Estos temas abordan los desafíos vivenciados por las participantes, los cuales deben ser superados para lograr el acceso y la permanencia en la educación superior. Se observó que la maternidad actúa como una barrera para la formación universitaria, constituyéndose como un factor de vulnerabilidad frente a la deserción académica. La falta de redes de apoyo para el cuidado de los hijos hace que las madres académicas vivan constantemente al borde del agotamiento y la sobrecarga. Las relaciones sociales en la universidad, muchas veces, agravan este panorama a través de la violencia de género y la violencia simbólica. En cuanto a los progenitores hombres, se observa que socialmente se les asigna una paternidad de carácter "facultativo". Cuando el padre asume funciones de cuidado y ofrece apoyo a la mujer, este cuidado suele estar directamente relacionado con la relación conyugal —es decir, "ayuda" solo porque está casado con la madre—. Aún así, la responsabilidad por la crianza de los hijos sigue siendo atribuida casi exclusivamente a la mujer.

**Palabras clave:** Maternidad. Universidad. Enseñanza superior. Género.

### **Abstract**

The aim of this study was to understand the challenges faced by academic mothers in their university journey in higher education in the interior of the state of Amazonas. This is a qualitative research project, the result of a scientific initiation project carried out at the Institute of Nature and Culture of the Federal University of Amazonas. Eleven women in higher education who are also mothers were interviewed, and the data were analyzed using Thematic Analysis. As a result, three main themes were identified: Discrimination in the university; The role of the father in the lives of the children of academic mothers; Motherhood and academic dropout. These themes explore the challenges experienced by the participants, which must be overcome in order for women who are mothers to access and succeed in higher education. It was observed that motherhood acts as a barrier to university education, becoming a vulnerability factor for academic dropout. The lack of support networks for child care leads academic mothers to live constantly on the edge of exhaustion and overload. Social interactions within the university often worsen this scenario through gender-based violence and symbolic violence. As for male parents, it was noted that they are socially assigned a "facultative" or optional fatherhood. When the father engages in caregiving and supports the mother, this care is generally associated with the marital relationship — in other words, he "helps" only because he is married to the mother. Nonetheless, the responsibility for raising the child continues to fall almost exclusively on the woman.

**Keywords:** Maternity. University. University education. Gender.

### **Introdução**

O acúmulo de funções sociais vivenciadas por mulheres é proveniente de muitos séculos, pois a elas geralmente recaem diversas responsabilidades, o que as

obriga, até os dias atuais, a exercer mais de uma função social. As modificações econômicas ocorridas a partir do processo de industrialização, no início do século XX, permitiram às mulheres o acesso ao emprego formal, e muitas passaram a atuar em ambientes de trabalho distantes de seus lares, exercendo a mesma jornada de trabalho que os homens, sendo, ainda assim, incumbidas de cuidar da casa e dos filhos (Dias; Soares, 2019).

Historicamente, a mulher foi constituída como a responsável pelo cuidado do lar e da família, em uma sociedade que exaltava o casamento e a procriação. Ela deveria ser obediente ao marido, sem o direito de escolher quantos filhos queria gerar. O poder dado aos homens para subordiná-las foi um dos principais pilares que contribuíram para que a desigualdade de gênero ainda seja notória na atualidade (Gabrielli *et al.*, 2022).

Uma das questões que auxilia na compreensão desse movimento é o mito do amor materno explicado por Badinter (1985). A autora explica que a partir do século XVIII, o amor materno passa a ser um conceito fortemente reforçado na sociedade ocidental, de forma que se impõe às mulheres serem mãe antes de tudo, pois o amor materno passa a ser visto como natural – o chamado “instinto materno” –, social e favorável à espécie humana e a sociedade. Alguns dos principais resultados dessa ideologia foram a centralidade do cuidado parental nas mulheres e os cuidados paternos para com os filhos puderam ser dispensados.

A maternidade é um marco na vida de muitas mulheres. Ao tornarem-se mães, muitas precisam adaptar-se ao cuidado com os filhos e ao exercício de outras tarefas, sejam elas dentro ou fora de seus lares, em benefício próprio ou de outras pessoas. Segundo Oliveira (2021), a significação de sacralidade atribuída ao amor materno serve para mascarar uma desigualdade tida como aceitável nas questões dos cuidados e das responsabilidades com os filhos.

Em diversos espaços sociais, é comum ver mulheres exercendo atividades acompanhadas de seus filhos, e, dentro dos espaços institucionais de educação superior, a maternidade não ocorre de forma diferente. Nos corredores, espaços de sociabilidade e salas de aula, por vezes, observa-se essa realidade. É importante salientar que a maneira como esses espaços recebem essas estudantes e acolhem

seus filhos (ou filhas) é fundamental para o sucesso ou fracasso acadêmico dessas mulheres. A mãe universitária vivencia inúmeros obstáculos, pois, além das exigências impostas por ser mulher e estudante, ainda lhe recaem as responsabilidades do maternar, visto que essa seria considerada a “missão da mulher” — e o maternar, por sua vez, não é compreendido como trabalho (Anthoga *et al.*, 2023).

Um olhar atento sobre o percurso da educação superior brasileira revela que esse nível educacional era, historicamente, reservado às elites. No entanto, esse quadro vem sendo transformado pelas políticas públicas de expansão e garantia do ensino superior às camadas mais pobres da sociedade (De Bastiani; Arbage, 2018). Essa questão também possui um atravessamento de gênero, pois, para as mulheres, em comparação com os homens, o direito de frequentar as instituições de ensino superior é relativamente recente. Contudo, atualmente, a maior taxa de matrícula nas Instituições de Educação Superior (IES) é de mulheres, tanto nas modalidades presencial quanto a distância (INEP, 2020). Ainda assim, mesmo com essa diferença no número de matrículas por gênero, poucas ações são efetivadas com o objetivo de garantir a permanência ou o sucesso acadêmico daquelas mulheres que são, ou se tornam mães, ao longo desse percurso. Essa é uma das expressões das desigualdades no acesso e na permanência no ensino superior brasileiro (Ennafaa, 2013).

Muitos fatores interferem no percurso acadêmico de mães universitárias, tornando necessário que ações concretas sejam implementadas para que essas discentes possam alcançar a formação desejada. A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Brasil, 1996) estabelece que todos devem ter igualdade de condições para o acesso e a permanência nos processos educativos, uma vez que a educação é um direito social fundamental na sociedade brasileira. No entanto, essa premissa torna-se contraditória quando, nas universidades, nos deparamos com diversas barreiras que impedem ou dificultam o acesso, a permanência e o sucesso acadêmico de muitas mulheres que são mães e que precisam gerenciar seu tempo entre o aprendizado, as demais atividades de formação e o cuidado (Dias; Soares, 2019).

Mães acadêmicas que não possuem uma rede de apoio, seja familiar ou pública, que garanta cuidados à criança, dispõem de uma única opção quando decidem cursar ou dar continuidade a um curso superior: levar consigo sua prole para a universidade. Reis (2024) retrata que as IES carecem do fornecimento de assistências que possibilitem a formação dessas mulheres, visto que muitas são as únicas responsáveis pelos cuidados com os filhos em tempo integral, pois frequentemente – considerando as normas de gênero – o genitor não se responsabiliza por esse gerenciamento; muitos, inclusive, recusam-se a pagar pensão alimentícia, e em alguns casos, sequer reconhecem os filhos e se negam a disponibilizar seu sobrenome no registro da criança (Pereira, 2003). Tudo isso contribui para a sobrecarga da acadêmica no exercício da maternidade.

Dados da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (2024) mostram que no Brasil, de 01 de janeiro de 2023 até 05 de abril de 2024, o número de nascimentos foi de 3.223.410, dos quais 216.357 foram registrados somente pelas mães, pois os genitores fizeram-se ausentes ou se recusaram a tal ato. No Amazonas o total de nascimentos nesse mesmo período foi de 98.661 e 11.151 não tiveram o sobrenome do pai. Já no município de Benjamin Constant, onde essa pesquisa foi realizada, o total de nascimentos no mesmo intervalo correspondeu a 1.403, com a incidência de 208 novos cidadãos registrados exclusivamente pelas mães.

Compreendendo a dimensão que a maternidade tem na vida das mulheres e que o ensino superior é um direito de todas as pessoas, surgiu o interesse na realização desta pesquisa, que tem por objetivo compreender os desafios da trajetória universitária de mães acadêmicas do ensino superior no interior do Amazonas. O estudo é um segundo produto de um projeto de iniciação científica voluntário da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) referente ao período 2023-2024, que não teve qualquer financiamento, realizado inclusive, por uma mãe acadêmica do ensino superior.

## **Metodologia**

O estudo é qualitativo (Creswell, 2007). Atendemos todas as normas exigidas pelas resoluções nº 466/2012 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). A

pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da UFAM, com o parecer nº 6.166.457, registrada sob o código CAEE: 69215323.6.0000.5020. O local da pesquisa foi o Instituto de Natureza e Cultura (INC), um dos *campi* da UFAM, localizado no município de Benjamin Constant, Amazonas. A direção do INC autorizou a pesquisa através de um Termo de Anuência.

As participantes foram 11 mulheres acadêmicas do ensino superior que são mães. Para manter o sigilo das identidades, as mesmas se nomearam com nomes de flores. As idades das participantes variam de vinte a trinta e dois anos. Cinco participantes estavam solteiras no momento da pesquisa, cinco conviviam com o genitor das crianças, e uma convive com outro parceiro. Duas participantes não possuíam renda fixa, uma delas era servidora pública municipal e todas as outras recebiam algum tipo de auxílio no formato de bolsa, como o bolsa família e/ou auxílios universitários.

Os pesquisadores adentraram as salas de aula da universidade e realizaram o convite às alunas que eram potenciais participantes. Como critérios de inclusão, foram consideradas as mulheres que são mães, maiores de 18 anos, estudantes do INC da UFAM. Já como critérios de exclusão: estar sob o efeito de alguma substância psicoativa no momento da entrevista. Agendamos o procedimento de construção de dados com aquelas mulheres que aceitaram participar do estudo e no dia/horário acordado, elas receberam e assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE).

Para construir os dados, foi utilizada a entrevista semiestruturada individual, mediada por um roteiro de pontos flexíveis para a discussão (Breakwell *et al.*, 2010). As entrevistas ocorreram em uma sala reservada dentro do INC, e tiveram duração média de 50 minutos, sendo gravadas mediante autorização das participantes para posterior transcrição e análise. As entrevistas foram encerradas a partir da utilização do critério de amostragem por conveniência, que, de acordo com Amatuzzi *et al.* (2006), consiste em um tipo de amostra em que os participantes são escolhidos deliberadamente na medida em que estão disponíveis e acessíveis.

A análise de dados se deu a partir do procedimento da Análise Temática (AT), proposta por Braun e Clarke (2006), sendo composta por 6 fases:

1º) Familiarização com os dados: Diz respeito à transcrição e revisão dos dados através de leituras e releituras, registrando as ideias que surgirem nesse processo. 2º) Geração de códigos: Foram destacados os dados relevantes de modo sistemático em todo o texto, reunindo estratos de dados sobre cada código. 3º) Busca de temas: Reunimos os códigos em possíveis temas, reunindo também os dados de cada código para o potencial tema. 4º) Revisão dos temas: Nesta etapa, verificamos se os potenciais temas apontavam para o objetivo da pesquisa e se estavam de acordo com o banco de dados como um todo. 5º) Definir e nomear os temas: Os temas foram nomeados e refinados para dar robustez e detalhes de cada história contada. 6º) Produzir o relatório: Diz respeito à discussão dos dados (explicitada nos resultados/discussões), relacionando os temas com o problema da pesquisa, com a literatura, oferecendo exemplos do que é discutido. Apresentamos a seguir os temas gerados em nossas análises.

## Resultados e discussões

### Discriminação na universidade

Nesse tema, foi discutido a maternidade como fator de discriminação na universidade. Observemos:

**Flor de Lóris:** (...) eu acho inadmissível dentro da faculdade que tem casos e casos (...) Já ouvi: 'o que ela quer aqui com uma criança?', 'aqui não é lugar de criança', 'se fosse ela eu já tinha desistido', 'quem mandou engravidar estudando', 'engravidou porque quis.' (...) Isso acontece muito por parte de outras mulheres, (...), eu digo que prefiro ser mãe solteira, do que tá num relacionamento abusivo, tendo marido só pra dizer que eu sou casada e tenho uma família feliz.

A partir do que é exposto por Flor de Lóris, podemos refletir sobre a forma como as mães universitárias vivenciam processos discriminatórios dentro do espaço acadêmico ao exercerem a maternidade simultaneamente à vivência universitária. Observa-se, na fala da participante, a dificuldade de aceitação dessa mãe estudante junto a seu filho, evidenciando a desconsideração da garantia de permanência prevista na Constituição Federal de 1988. Essa garantia é reforçada no artigo 205,

que afirma que a educação é um direito de todos, e no artigo 206, que estabelece, entre os princípios do ensino, a igualdade de condições para acesso e permanência nas instituições escolares — princípio que também se estende às instituições de ensino superior (Brasil, 1988).

Destaca-se ainda que a participante relata que falas discriminatórias podem ser proferidas também por outras mulheres. Esse dado nos leva a refletir sobre a necessidade de romper com o mito da mulher como uma sujeita não violenta, passiva e sempre vítima de violência (De Souza; Alves Silva; Beiras, 2021). Observa-se que a violência praticada por colegas é uma expressão da violência baseada em gênero, pois atinge mulheres por um aspecto específico de sua condição: a maternidade.

Contudo, respeitando a complexidade do tema e evitando reducionismos individualistas, é necessário repensar a forma como o direito das mães estudantes de frequentarem a universidade ainda é negado. Torna-se imprescindível a construção de um ambiente inclusivo para essas mulheres, a fim de que não se sintam desmerecidas, culpadas ou inseguras. As relações estabelecidas dentro das IES precisam ser revistas e problematizadas, uma vez que, por meio das falas carregadas de discriminação já ouvidas e relatadas pela participante, percebe-se o quanto ainda são comuns atitudes que deslegitimam o direito de permanência e a possibilidade de conclusão de um curso superior por mães acadêmicas. Apesar da presença de novos públicos nas universidades — entre eles, as mulheres — ainda não temos uma educação verdadeiramente transformadora, pois não são ofertadas condições adequadas para a permanência dessas estudantes, especialmente considerando que muitas são responsáveis por seus lares e não são contempladas por políticas públicas que facilitem sua trajetória como mães e estudantes (Aquino, 2018).

A participante Tulipa continua a nos dar pistas sobre o tema:

**Tulipa:** As pessoas à nossa volta olham pra gente de uma forma diferente. As mulheres que não são mães, elas não entendem como é ter uma criança, [...] eles sempre vão tá pra lá correndo, fazendo barulho [...], aí nisso tudo as pessoas olham pra gente com cara feia. A gente já sabe que tá sendo julgada, a gente se sente desconfortável com isso, aí isso também vai desmotivando. As pessoas, inclusive mulheres, julgam demais a gente por isso, a gente não leva o filho porque quer levar, é porque não tem quem cuide. Atrapalha os outros, mas atrapalha a gente também... ou você leva

ou não estuda. Já falaram pra outros alunos da sala, que ela fazia barulho, que não deixava ninguém estudar, que era pra eu deixar com alguém, nem que seja trancada dentro de casa.

As falas da participante Tulipa convergem com as da participante anterior, e é possível afirmar que o apoio emocional, a compreensão e a motivação são elementos essenciais na jornada acadêmica dessas estudantes. Contudo, os relatos das participantes indicam que o que vivenciam diariamente é justamente o oposto: rejeição e desmerecimento — muitas vezes, inclusive, provocados por outras mulheres. Aos olhos de muitos sujeitos, inclusive de muitas mulheres, a maternidade ainda é vista como um período de limitação espacial, um obstáculo ao acesso a diversos espaços públicos. Isso ocorre em razão de um controle social que determina onde a mulher-mãe pode ou não estar, inferiorizando-a quando tenta ocupar lugares considerados “não apropriados” para ela, como a universidade (Oliveira, 2021).

Com base nessa argumentação, é válido lembrar que as mulheres, ao longo da história e nas mais diversas sociedades, em algum momento de suas vidas já vivenciaram episódios que as limitaram unicamente por serem mulheres. Ainda assim, muitas delas também acabam reproduzindo conceitos discriminatórios dirigidos a outras mulheres. Essa questão tem origem na lógica de gênero, segundo a qual as formas de constituição social sempre se consolidaram a partir da sobreposição de relações generificadas: ao homem foi historicamente instituída a posição de dominância, e essa estrutura é frequentemente reproduzida, inclusive, por outras mulheres (Hirata; Kergoat, 2007).

Entende-se, por meio da fala de Tulipa, que os julgamentos vivenciados geram desmotivação para usufruir do espaço acadêmico. A participante relatou que estar ali com sua criança não se dá por escolha, mas por necessidade, já que não conta com uma rede de apoio familiar — sendo essa a única maneira que encontrou para continuar estudando. Em muitos contextos, desconsidera-se a importância de uma rede de apoio voltada às mães com crianças, que permita um equilíbrio entre a vida familiar e as outras possibilidades que elas buscam (Manente; Rodrigues, 2016).

Tulipa também relatou sentir que a presença de sua filha na sala de aula atrapalha os colegas, além de comprometer seu próprio desempenho acadêmico. No entanto, frequentemente ignora-se o impacto da maternidade no processo de

aprendizagem dessas mulheres quando estão acompanhadas de suas crianças. Caso o rendimento acadêmico seja prejudicado pela divisão de atenção entre o cuidar e o aprender, a responsabilidade costuma recair exclusivamente sobre a mãe acadêmica — e essa dualidade pode afetar o desenvolvimento da mulher tanto como estudante quanto como mãe (Antloga et al., 2020). Observa-se, portanto, que as barreiras ao acesso, à permanência e ao sucesso acadêmico de mães universitárias têm o gênero como fator central.

### **Lugar do progenitor na vida dos filhos de mães acadêmicas**

Neste tema, abordamos o comportamento do progenitor nas questões dos cuidados referentes aos filhos, e de como estes podem interferir no processo de continuidade da mãe estudante nos cursos de graduação. A participante Orquídea relatou as mudanças ocorridas após tornar-se mãe.

**Orquídea:** A gente tá separados né? Mas ele só me ajuda às vezes quando dá [...]. Sobre o filho eu acho que sobra mais é pra mãe, porque a realidade da mãe muda totalmente, do pai nem tanto, então eu acho se ele me ajudasse mais seria melhor, eu poder ir pra aula mais vezes, até hoje quem mais cuida só é eu, ele só ajuda pra questão financeira, que de tá lá cuidando, de dar banho, de fazer mamadeira, é tudo eu. Eu ainda, passei pelas mudanças emocionais e físicas sobre o corpo, sobre o tempo, sobre várias coisas, até de higiene, de poder tomar um banho mais prolongado, eu não posso fazer essas coisas, e ele não, ele faz as coisas que ele fazia antes, a vida dele continua como era antes, só fez incluir agora um filho. Nossa separação foi mais por causa disso, pelas brigas, por eu dizer que ele não ajudava na questão do cuidar, ficou tudo só pra mim, não posso estudar direito. Às vezes isso me deixa muito cansada, eu não durmo direito à noite, não acordo disposta de manhã nem pra estudar, mas assim mesmo tenho que levantar e dar conta dela.

Diante da fala da participante, observamos uma sobrecarga de sua rotina que limita o seu tempo de estudo e nos leva a refletir como a maternidade pode ser exaustiva quando vivenciada de forma individualizada, recaindo exclusivamente sobre a mãe todas as responsabilidades do cuidar. Muitas mulheres assumem unilateralmente o cuidado com os filhos. Mesmo tendo por perto o progenitor, elas são responsabilizadas pelo cuidado diário, muitas vezes se anulando em função da criança, gerando um acúmulo de responsabilidades que interferem em outras

atividades exercidas por elas, como as de trabalho e de estudo (Barbosa *et al.*, 2023).

Ser mãe e estar vivenciando o ensino superior impõe limitações à mulher em diversos momentos, pois o tempo destinado à maternidade e aos estudos precisa ser dividido, e por vezes essa divisão não é justa. Isso pode ser percebido no relato da participante: a indisponibilidade paterna no processo de cuidar pode levar muitas mães acadêmicas a colocarem sua vida universitária em segundo plano. Além do tempo escasso, há o cansaço acumulado, o que torna tanto a maternidade quanto a vivência universitária ainda mais exaustivas. Diante da necessidade de escolher entre continuar o curso superior ou cuidar do filho, a escolha, quase sempre, recai sobre o filho, pois à mulher quase nunca é permitido optar de outra forma. A elas são atribuídas, de forma quase exclusiva, as demandas rotineiras do cuidado, raramente compartilhadas com o progenitor (Urpia; Sampaio, 2011).

Sob esse ponto de vista, as mudanças descritas pela participante como a chegada de um filho impactam a vida de um pai e de uma mãe, Orquídea expôs que um filho muda drasticamente a rotina de uma mulher, limitando até o tempo de cuidar de si. Mas para muitos homens, tornar-se pai é apenas a inclusão de alguém no círculo familiar no qual em muitos casos, cabem a ele apenas as responsabilidades financeiras. Por outro lado, a mãe precisa readaptar sua rotina – muitas vezes abrindo mão de si mesma –, enquanto que, para muitos pais o curso de vida segue o mesmo ou com poucas mudanças.

Ainda vivenciamos a divisão de quais comportamentos devem ser desempenhados por mulheres e homens, mesmo que elas executem outras tarefas fora de seu domicílio, são cobradas quanto ao seu papel de cuidar. Quando chegam em casa precisam dar conta do lar e dos filhos, enquanto os progenitores não precisam ou não é cabível preocupar-se com as tarefas do cuidar (Silva *et al.*, 2021). A participante Rosa relata qual é a participação do progenitor nos cuidados com a filha:

**Rosa:** Nenhuma, tudo só sobra pra mim pra cuidar dela, porque não tem muito apoio do pai dela, porque muitos pais separam, às vezes passa uma semana com o pai, uma semana com a mãe, mas ela nunca gostou dele, às

vezes quando ele encontra a minha mãe, ele dá cem reais pra ela ou vinte, é muito pouco.

As narrativas de Rosa corroboram com as indagações relatadas pela participante anterior, em que os cuidados com os filhos na maior parte dos casos são desempenhados pelas mães, mesmo que trabalhem e estudem, elas precisam realizar os cuidados referentes à maternidade. Evidencia-se também o quanto vivemos em contradição com o que está exposto no artigo 21 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que fala do pátrio poder que deve ser exercido em igualdade de condições pelo pai e pela mãe, ou seja ambos possuem os mesmos deveres, e o artigo 22 que retrata que cabe aos pais o sustento, a guarda e educação dos filhos. Ainda assim, mesmo ditado em lei, nota-se que esse dever é comumente vinculado e exercido pela mulher, a quem quase todas as incumbências são atribuídas, em muitos casos se a justiça não for acionada, muitos progenitores abdicam até do provimento de alimentos (Brasil, 1990).

Na maioria dos processos de separação conjugal de casais com filhos, a mãe comumente requer a guarda, somando-se ao trabalho do cuidar e de prover quase todas as necessidades dos filhos, como as alimentares, as educacionais, de lazer e as de afeto. De acordo com Borges (2020), ao pai não cabe apenas o pagamento de proventos alimentícios, há outras responsabilidades que o alimento não supre.

Cabe resgatar brevemente alguns aspectos históricos sobre a condição paterna. De acordo com Cúnico e Arpini (2014), no Império Romano, tornava-se pai aquele que publicamente adotava um filho, sendo que a filiação biológica só tinha validade a partir desse reconhecimento formal. Com o advento do cristianismo, passou-se a estabelecer a obrigatoriedade da paternidade biológica, mediada pela ideia sagrada do casamento. No entanto, essa mudança não implicou, necessariamente, a imposição social da paternidade ativa ao homem, como ocorreu com a maternidade em relação às mulheres, especialmente a partir do mito do amor materno (Badinter, 1985). Pereira (2003) explica que muitos homens ainda hoje não assumem, ou não se reconhecem, no dever de participar ativamente da vida dos filhos — atitude que encontra certo grau de “naturalização” por meio dos

estereótipos de masculinidade, os quais dão inteligibilidade ao abandono parental masculino.

No caso da separação conjugal, conforme resgatam Cúnico e Arpini (2014), observa-se que, muitas vezes, o fim do relacionamento torna a comunicação entre os envolvidos problemática. Nessa dinâmica, a separação pode representar não apenas o rompimento entre o casal, mas também uma ruptura da relação entre o genitor e seus filhos. É comum que muitos homens abdiquem ou até se esqueçam de suas responsabilidades sociais e afetivas para com o desenvolvimento da criança.

Laços afetivos que se desfazem raramente são cobrados judicialmente, e, quando isso ocorre, frequentemente envolve constrangimento: cobrar afeto de alguém é algo sobre o qual a mãe não tem controle. Afinal, não cabe à mulher a responsabilidade de fazer com que um pai deseje exercer sua paternidade. A paternidade, assim como a maternidade, constitui-se a partir do cuidado, da presença e da convivência. Dessa forma, não é aceitável naturalizar o abandono paterno, tampouco reduzir a paternidade a uma obrigação imposta judicialmente. Ser pai exige envolvimento, responsabilidades e interações cotidianas, pois é por meio dessas práticas que se firmam vínculos de afeto (Morossine, 2023).

Dando continuidade às reflexões, trazemos as contribuições da participante Bromélia, que, em contraponto, vivencia uma realidade diferente das outras participantes, destacando que o cuidar exercido pelo pai de seus filhos tem impactos positivos na sua vida de mãe e estudante, e como o desempenho paterno em seu meio social ainda é atrelado a convivência conjugal:

**Bromélia:** No momento (o apoio dele) é mais com os cuidados, os cuidados com ela. Quando eu vou fazer algum trabalho de aula, ele fica com ela, cuida dela, isso me quebra o galho. Em casa também: ele não trabalha, mas ele me ajuda nessa parte. Ele não lava roupa, mas o restante das coisas tudinho ele faz, cozinha, ajeita a casa, cuida dela [...]. Contar com ele fica bem mais fácil. Aí alguns colegas falam: 'ah, mas porque tu tá com o pai', eu custumo falar: 'não é porque ele cuida porque ele tá comigo, ele cuida porque ele é pai, porque se eu precisasse e ele negasse, eu ia atrás dos direitos da minha filha, ele tem que cuidar porque é pai, ser pai não é só dar uma merrequinha de duzentos, trezentos reais e a responsabilidade foi paga, eu ia atrás do direito da minha filha, eu colocava ele no cartório: você vai cuidar, quando eu não puder você vai cuidar'.

Bromélia destaca que pode contar com o pai de sua filha com relação aos cuidados com a criança e com os afazeres domésticos e que essa partilha de deveres torna seu processo maternal e universitário menos cansativo. Quando existe o apoio do parceiro na divisão dos cuidados do lar e dos filhos, há mais disponibilidade para efetivação das atividades acadêmicas e a sobrecarga para a mulher é menor, reduzindo um processo de culpa em relação ao maternar e estudar (Antioga *et al.*, 2023). Observamos então que a divisão em torno das funções que precisam ser realizadas, tanto as do cuidado dos filhos quanto as do lar, pode diminuir a exaustão feminina pelo acúmulo de tarefas, permitindo assim a realização de outras atividades, dentre elas a continuação do seu curso superior.

Destaca-se que a atuação do marido da participante nas atividades de cuidado é, por pessoas externas à relação, frequentemente associada ao fato de ele ainda manter um vínculo conjugal com a mãe de seus filhos. Essa percepção remete à naturalização do cuidado com os filhos apenas dentro do contexto de uma relação marital, sendo que, nos casos de separação, o cuidado costuma ser automaticamente atribuído às mães. Observa-se, portanto, uma ambivalência: ao mesmo tempo em que há uma crescente cobrança social para que os homens participem das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos, também persiste uma resistência quanto a essa participação. Existe, assim, uma tensão entre os valores e os conceitos que regem a divisão de cuidados parentais na sociedade contemporânea (Borsa; Nunes, 2011).

Por fim, observa-se que, socialmente, o abandono paterno ainda é amplamente naturalizado, seja a partir da separação conjugal ou em situações em que homens se recusam a reconhecer a paternidade. Nesses casos, dificilmente se cobra a efetiva atuação desses homens em sua função paterna. À figura masculina é permitido vivenciar a paternidade de forma opcional, conforme sua disponibilidade ou interesse. É comum — e socialmente aceito — que rompam laços afetivos e de cuidado com os filhos, sem que isso lhes gere culpa significativa ou qualquer tipo de recriminação (Oliveira *et al.*, 2022).

## Maternidade e evasão acadêmica

Neste tema discutimos a vulnerabilidade à evasão do ensino superior para mulheres-acadêmicas-mães:

**Tulipa:** Eu passei um período todo levando-a. Os colegas reclamavam que ela fazia barulho, também minhas notas começaram a cair, além das faltas. Aí foi quando eu pensei realmente em desistir porque não dava mais, ia ser muito difícil continuar estudando com ela pequena, foi quando eu desisti realmente, eu estava cansada.

É perceptível, por meio da fala da participante Tulipa, o quanto a maternidade pode interferir no rendimento acadêmico. Estar em sala de aula dividindo a atenção entre uma criança e os estudos compromete tanto o desempenho quanto a continuidade no curso de formação superior. Conforme Vieira, Souza e Rocha (2019), mulheres que vivenciam a maternidade durante a graduação enfrentam inúmeros desafios, especialmente aquelas que não têm com quem deixar os filhos, o que impacta diretamente seu processo formativo. Essa trajetória torna-se turbulenta, tanto física quanto emocionalmente, sendo esses fatores preponderantes para a evasão acadêmica a curto ou longo prazo, ou ainda para o comprometimento da aprendizagem. A maternidade, nesse contexto, figura como um dos principais impedimentos à conclusão do ensino superior por parte das mulheres (Calmon *et al.*, 2022). Cravo continua a nos dar pistas sobre fatores que influenciam na evasão de acadêmicas-mães:

**Cravo:** E por exemplo brincadeiras desagradáveis. Um colega falou pra mim: 'Não cravo, não dá pra deixar teu filho não? Tem que trazer teu filho toda vez?' Isso me magou muito, eu pensei em desistir, mas depois eu pensava com calma. Levava só na brincadeira pra não criar conflitos ali na sala de aula e não ficar aquele clima desagradável.

A participante Cravo expõe discriminações que se concretizam de maneira controversa. As brincadeiras, que teoricamente teriam a finalidade de promover o humor e a sociabilidade, acabam sendo descaracterizadas e se tornam instrumentos de exclusão. Termos aparentemente inofensivos são utilizados em tom de piada, com falas amenizadas ou revestidas de humor, mas carregadas de intencionalidades que

ferem, humilham e desencorajam, desestimulando, muitas vezes, a permanência dessas mães em determinados espaços.

Esse tipo de atitude pode ser caracterizado como uma forma de violência simbólica que, segundo Bourdieu (1989), acontece de forma sutil e imperceptível, sendo empregada em diferentes situações e contextos sociais — uma violência que muitas vezes vem acompanhada de sorrisos. Godinho (2020) destaca que a violência simbólica contra a mulher ultrapassou os limites do espaço doméstico e se estendeu aos espaços sociais, como as universidades. Essa forma de violência costuma ser minimizada, travestida de brincadeiras, mas tem como finalidade provocar constrangimento e causar impactos na estrutura psíquica da mulher, atacando de maneira cruel sem a necessidade de recorrer à violência física.

O exercício da maternidade nos espaços das IES acaba por gerar relações conflituosas, que, por vezes, se caracterizam como formas de violência de gênero. Esse tipo de violência tem como base a desigualdade derivada das construções sociais de gênero, em que os comportamentos atribuídos a homens e mulheres são ensinados desde o nascimento. Esse processo de socialização está imerso em relações hierárquicas, nas quais os homens são frequentemente posicionados como superiores ou mais capacitados do que as mulheres (Bandeira, 2014).

Tais violências violam os direitos das mães estudantes, pois as responsabilizam, quase que exclusivamente, pelo exercício do cuidado — uma função atribuída socialmente ao feminino. As diferentes formas de violência baseadas em gênero também são reproduzidas nas universidades, espaços que, apesar de formadores de conhecimento, também funcionam como reprodutores de marcadores sociais. Neles, observa-se a multiplicação de processos discriminatórios e a intolerância a tudo que foge das normas estabelecidas (Souza *et al.*, 2021).

Segundo Butler (2003), o gênero cria a noção naturalizada do que seria ser homem ou mulher e nos impõe uma visão binária das funções que seriam masculinas e femininas. Contudo, a violência baseada em gênero tem a mulher como seu principal alvo. É preciso que se entenda que o estipulado social e historicamente é a ideia de que mulheres não devem ocupar espaços de destaque e poder, e suas atividades deveriam estar restritas ao lar e à submissão ao homem. Esse projeto de dominação faz com que mulheres enfrentem muito mais barreiras para a formação

acadêmica e o sucesso profissional. A fala da participante sugere, então, que a maternidade pode causar desconforto na sala de aula — espaço esse que estaria reservado ao aprendizado — e, portanto, uma criança ali atrapalharia tal processo. Mas cabe lembrar, conforme outras falas observadas neste estudo, que muitas vezes, a única opção que a acadêmica-mãe tem para seguir a formação é levar sua prole à universidade, o que faz com que a acadêmica precise superar não somente as barreiras comuns à formação de qualquer universitário, mas barreiras específicas por conta de sua condição materna e de gênero.

Essas atitudes de violência, caracterizadas nas falas das participantes, afetam diretamente a autoconfiança delas, gerando inseguranças e incertezas. Segundo Furlim, Tessaro e Bido (2024), ações que desencadeiam esse tipo de processo dentro do espaço acadêmico, ferem direitos adquiridos pelas mulheres, especialmente no que se refere ao sucesso e à permanência nas IES. As concepções sociais sobre o que é ser mulher ainda estão carregadas de interpretações históricas que atravessam séculos, mantendo a ideia de que cuidar do lar e dos filhos é uma responsabilidade exclusivamente feminina. As mulheres que conseguem se desvincular, mesmo que parcialmente, dessas tarefas, costumam ser socialmente julgadas por não se enquadrarem nos padrões do que é considerado “normal”. Essa lógica reflete a permanência de velhos (e ultrapassados) argumentos de que a mulher não pode estar onde quiser, nem ser o que desejar (Baluta; Moreira, 2019).

As mulheres ainda são vistas como inferiores em diversos ambientes sociais, e tanto a violência simbólica quanto a violência de gênero sustentam essa estrutura de dominação (Nielsson; Delajustine, 2020). Esse cenário pode ser observado no relato da participante Cravo, que, ao se tornar universitária enquanto já exercia a maternidade, rompeu com o estereótipo socialmente construído sobre o que se espera de uma mulher. Ao desafiar essas normas, ela acabou sendo alvo de práticas discriminatórias, reflexo direto da manutenção de padrões que ainda limitam a atuação feminina em espaços historicamente masculinos.

## Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi compreender os desafios da trajetória acadêmica de mulheres mães estudantes de uma IES pública, localizada no município de Benjamin Constant, no interior do Amazonas. Por meio de entrevistas com 11 mães acadêmicas, foi possível construir dados que sugerem a presença de processos discriminatórios relacionados à maternidade dentro da instituição, muitas vezes propagados por meio da violência simbólica e da violência de gênero. Observou-se também que, entre essas acadêmicas, o exercício da maternidade constitui um dos principais fatores de evasão acadêmica e de atraso na conclusão da formação. A ausência de redes de apoio contribui significativamente para essa sobrecarga, sendo que, em alguns casos, as participantes não recebem nenhum tipo de auxílio nem mesmo por parte do progenitor, socialmente isento da responsabilidade do cuidado.

Conforme salientado pelas participantes, as mães acadêmicas no ensino superior enfrentam diversas barreiras, tanto dentro quanto fora das instituições de ensino. Tais obstáculos, muitas vezes, são os principais responsáveis pela desistência do curso ou pelo atraso na conclusão da formação, pois conciliar o cuidado com os filhos e a dedicação aos estudos é extremamente exaustivo. As mulheres que desejam alcançar níveis mais elevados de educação formal, mas se tornam mães antes ou durante esse processo, vivenciam mudanças radicais em suas rotinas. Muitas não dispõem de qualquer rede de apoio que auxilie no cuidado com as crianças, o que torna a maternidade ainda mais limitadora. Na maioria dos casos, o peso das responsabilidades parentais recai majoritariamente sobre a mãe. Em relação aos homens, observa-se que, embora existam avanços, ainda estamos quebrando lentamente o paradigma social que os isenta do papel de cuidadores. Isso se evidencia quando os cuidados paternos continuam sendo vistos como comportamentos fora do padrão esperado socialmente.

No contexto das IES, a presença de mães universitárias é uma realidade constante. No entanto, essas mulheres ainda enfrentam diariamente o preconceito, a rotulação, o desânimo, a sobrecarga e o cansaço em sua busca pela conclusão da formação acadêmica. Esses fatores contribuem significativamente para a evasão, uma vez que muitas não conseguem conciliar as exigências da maternidade em

tempo integral com as demandas da vida universitária. Além disso, o impacto psicológico das violências simbólicas e de gênero vivenciadas tanto dentro quanto fora da universidade torna esse processo ainda mais desafiador. A maternidade, nesse contexto, passa a ser interpretada como um fator de vulnerabilidade, sobretudo quando inexistem redes de apoio que possibilitem o compartilhamento das responsabilidades com os filhos. Persistem, ainda hoje, paradigmas sociais que compreendem a maternidade como um obstáculo ao desenvolvimento pessoal e profissional das mulheres, sugerindo que, ao se tornarem mães, elas automaticamente devem abrir mão de certos direitos — entre eles, o acesso e a permanência na educação formal.

O Ministério da Educação, através da Portaria nº 2.005, de 14 de novembro de 2023, instituiu um grupo de trabalho de caráter consultivo com a finalidade de promover estudos técnicos relacionados à Política Nacional de Permanência Materna nas Instituições de Ensino Superior Brasileiras. O grupo de trabalho teve duração de seis meses, e desde então, aguardamos as ações a serem tomadas pelo órgão.

Embora a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) determine a implementação de ações voltadas ao atendimento de filhos de estudantes universitárias, como o acesso a creches, observa-se que, no âmbito da UFAM, a principal iniciativa relacionada a essa demanda é o "Auxílio Curumim-Cunhantã". Tal programa consiste em um benefício financeiro destinado à cobertura de despesas com creche, serviço similar ou cuidador para filhos(as) menores de seis anos de estudantes que não dispõem de rede de apoio ou cuidados durante o período de realização de suas atividades acadêmicas.

No entanto, apesar da relevância do auxílio, os dados evidenciam sua baixa abrangência. Conforme o Relatório de Gestão da Pró-Reitoria de Graduação da UFAM referente ao semestre 2024/2, a universidade contava com mais de 27 mil alunos regularmente matriculados nos seus seis campi, e apenas 81 estudantes foram contemplados com o referido auxílio. Especificamente no INC, local onde essa pesquisa foi realizada, apenas três acadêmicas receberam o benefício em 2024, segundo o relatório do Departamento de Assistência Estudantil. Esses números evidenciam a insuficiência das políticas institucionais no enfrentamento das

demandas específicas de mães universitárias, indicando a necessidade urgente de ampliação e efetivação de mecanismos de apoio.

A UFAM, por meio da Resolução nº 030/2018, aprovou a Política Permanente de Equidade de Gênero, a qual está estruturada em três eixos temáticos: (I) violência de gênero, (II) maternidade e paternidade, e (III) direitos LGBT. Contudo, apesar de sua formulação avançada no plano normativo, a resolução não prevê ações concretas voltadas especificamente à permanência e ao sucesso acadêmico de mães universitárias. Além disso, embora o documento estipule a criação de comissões de equidade de gênero nas unidades acadêmicas da capital e do interior, observa-se que, até a finalização desta pesquisa, não havia registro da implementação de qualquer comissão com essa finalidade no INC. Tal ausência evidencia uma lacuna entre o discurso institucional e a prática efetiva de promoção da equidade de gênero no contexto acadêmico.

Diante das inúmeras dificuldades enfrentadas por acadêmicas mães no ensino superior, torna-se imprescindível a adoção de ações concretas que promovam sua permanência e sucesso acadêmico. Nesse sentido, algumas propostas podem ser elencadas como medidas prioritárias:

- Realização de um mapeamento sistemático e permanente que identifique e caracterize os aspectos socioeconômicos das estudantes-mães em situação de vulnerabilidade social;
- Implementação de creches universitárias que funcionem nos mesmos turnos das atividades acadêmicas, proporcionando às mães a segurança de que seus filhos estão sendo cuidados durante suas aulas;
- Ampliação do acesso ao restaurante universitário, com liberação de refeições para os filhos das acadêmicas;
- Criação de grupos de apoio psicossocial voltados para mães universitárias, mediados por profissionais das áreas de psicologia e serviço social, que promovam a escuta qualificada, a troca de experiências e o fortalecimento emocional. Tais grupos podem incluir os pais das crianças, a fim de fomentar o envolvimento paterno no cuidado;

- Garantia de bolsas e auxílios acadêmicos destinados especificamente a mães em situação de vulnerabilidade, reconhecendo suas múltiplas jornadas e necessidades específicas;
- Fortalecimento e efetiva implementação das políticas institucionais de equidade de gênero, com enfoque nas interseccionalidades que atravessam a produção das desigualdades, considerando não apenas o gênero, mas também classe, raça, etnia, deficiência, orientação sexual e demais marcadores sociais produtores de subjetividade.

Essas medidas, quando implementadas de forma integrada e contínua, têm o potencial de transformar o ambiente universitário em um espaço mais justo, inclusivo e acolhedor para mulheres que, além de estudantes, exercem a maternidade.

Por fim, como limitações do estudo, não observamos a experiência de mulheres mães-acadêmicas com deficiência, pois em nossa busca por participantes, não encontramos tal público. Sugerimos então, futuras pesquisas que considerem essa interseccionalidade.

## Referências

AMATUZZI, Maria Luiza; BARRETO, Maria do Carmo; LITVOC, Julio; LEME, Luiz Eugênio Garcez. Linguagem metodológica: parte 1. **Acta ortopédica brasileira**, São Paulo, v.14, n.1, p.53-56, 2006. DOI:  
<https://doi.org/10.1590/S1413-78522006000100012>. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/aob/a/MpfjcFTVDyHrCHzyXYBxJ3b/?lang=pt>. Acesso em: 05 abr. 2025.

ANTLOGA, Carla Sabrina; MONTEIRO, Renata Alves; BENTES, Alice Miranda; CASSIMIRO, Êmili Campos; ASSUNÇÃO, Fernanda da Silva. Percepção de Danos Físicos, Psíquicos e Sociais no Trabalho de Ser Mãe Universitária. **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v.43, p.1-15,2023. DOI:  
<https://doi.org/10.1590/1982-3703003253141>. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/pcp/a/wvTKwnSdpfdqP6yd7V6HpVh/>. Acesso em: 05 abr. 2025.

AQUINO, Ligia Maria Leão de. Pelo direito de ser mãe e estudante: Educação Infantil na pauta estudantil universitária. **Rev.zero-a-seis**, Florianópolis, v.20, n.37, p.42-57, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2018v20n37p42>. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/1980-4512.2018v20n37p42>. Acesso em: 05 abr. 2025.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado:** O Mito do Amor Materno. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BALUTA, Maria Cristina; MOREIRA, Dirceia. A injunção social da maternagem e a violência. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 24, p. 1-11, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n248990>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/FyKrFxRTTBCVQ36GPcYm53y/>. Acesso em: 05 abr. 2025.

BANDEIRA, Maria Lourdes. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, n 2, p. 449-469, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000200008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/QDj3qKFJdHLjPXmvFZGsrLq/>. Acesso em: 05 abr. 2025.

BARBOSA, Claudia de Faria; PIRES, Edmeire Oliveira; GREGÓRIO, Maria de Fátima Araújo Di. Mães Solo: disputas e embates da monoparentalidade feminina na contemporaneidade. **Revista Odeere**, Jequié, v. 8, n. 2, p 19-40, 2023. DOI: <https://doi.org/10.22481/odeere.v82.13341>. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/9200890.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2025.

BORGES, Lize. Mãe Solteira Não, Mae Solo! Considerações Sobre Maternidade, Conjugalidade e Sobrecarga Feminina. **Revista Direito e Sexualidade**, Salvador, v.1, n. 1, p. 1-23, 2020. DOI: <https://doi.org/10.9771/revdirsex.v1i1.36872>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revdirsex/article/view/36872>. Acesso em: 05 abr. 2025.

BORSA, Juliane Callegaro; NUNES, Maria Lucia Tullet. Aspectos psicossociais da parentalidade: O papel de homens e mulheres na família nuclear. **Revista Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 29, n. 64, p. 31-39, 2011. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/19835>. Acesso em: 20 jun. de 2024.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 19. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e a subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras previdências. **Diário oficial da união**, Brasília, 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação básica 2020:** resumo técnico. Brasília: Inep, 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 20 jun. 2024.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Rev. Qualitative Research in Psychology**, Bethesda, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1191/1478088706qp063oa>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BREAKWELL, Glynis; HAMMOND, Sean; FIFE-SCHAW, Chris; SMITH, Jonathan; ELIZALDE, Felipe Rangel. **Métodos de pesquisa em psicologia**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CALMON, Luzie Souza; CORRÊA, Mithaly Salgado; REZNIK, Gabriela; SANDIM, Marcela; DELMESTRE, Karin Menéndez; FERREIRA, Sabrina. Maternidade e Universidade: a experiência de um projeto de extensão focado no acesso, permanência e progressão de mulheres-mães. **Revista Expressa Extensão**, Pelotas, v. 27, n. 1, p. 108-117, 2022. DOI: <https://doi.org/10.15210/ee.v27i1.21773>. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/expressaextensao/article/view/21773>. Acesso em: 05 abr. 2025.

CURICO, Sabrina Daiana; APINI, Dorian Mônica. Não Basta Gerar, tem que participar? Um Estudo Sobre a Ausência Paterna. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v.34, n.1, p.226-241, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932014000100016>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/pt9sKRvPkM36VzX5DSvJJSj/>. Acesso em: 05 abr. 2025.

CRESWELL, John. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DE BASTIANI, Sherlon Cristina; ARBAGE, Lucas Andrade. As políticas para expansão e democratização do acesso à Educação Superior no cenário brasileiro. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 20, n. 44, p. 137–152, 2018. DOI: <https://doi.org/10.22196/rp.v20i44.3673>. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/3673>. Acesso em: 05 abr. 2025.

DE SOUZA, Daniel; SILVA, Mateus Alves; BEIRAS, Adriano. Violence in intimate relationship between women. Integrative literature review. **Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology**, [S. I.], v. 55, n. 2, p. e1556, 2021. DOI: <https://doi.org/10.30849/ripijp.v55i2.1556>. Disponível em: <https://journal.sipsych.org/index.php/IJP/article/view/1556>. Acesso em: 05 abr. 2025.

DIAS, Marly de Jesus Sá; SOARES, Brenda Vanessa Pereira. Assistência Estudantil X Creches nas Universidades Públicas: desafios para mães-estudantes. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 12, n. 2, 2019. DOI: <https://doi.org/10.18764/2358-4319.v12n2p50-74>. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/11481>. Acesso em: 05 abr. 2025.

ENNAFAA, Ridha. As desigualdades sociais na educação: o exemplo da educação superior brasileira. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 14, n. 29, p. 155–196, 2013. DOI: <https://doi.org/10.22196/rp.v14i29.1450>. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/1450>. Acesso em: 05 abr. 2025.

FURLIN, Neiva; TESSARO, Monica; BIDO, Eloisa. Violência de gênero contra as mulheres em universidades: análise da produção científica. **Revista Contexto & Educação**, Ijuí, v. 39, n. 121, p. 1-26, 2024. DOI: <https://doi.org/10.21527/2179-1309.2024.121.13870>. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/13870>. Acesso em: 05 abr. 2025.

GABRIELLI, Cassiana Panissa; FERRO, Andrea Rodrigues; DE ARAÚJO, Lígia Mara Boin Menossi; QUENZER, Viviane; DOS SANTOS, Emely Larissa; CARLINO, Gabriela Aparecida. Mães na universidade: a experiência do gestar - maternidade e ciência. **Revista De Extensão Do Instituto Federal Catarinense**, Blumenau, v.10, n. 18, p. 58-78, 2022. DOI: <https://doi.org/10.21166/rext.v9i18.2846>. Disponível em: <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/RevExt/article/view/2846>. Acesso em: 05 abr. 2025.

GODINHO, Maria Inês Almeida. Violência simbólica contra a mulher: do espaço doméstico à universidade. **Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília**, Marília, v. 6, n. 1, p. 9-20, 2020. DOI: <https://doi.org/10.36311/2447-780X.2020.v6.n1.02.p>. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RIPPMAR/article/view/9178>. Acesso em: 05 abr. 2025.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Revista Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 abr. 2025.

MANENTE, Milena Valelongo; RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim. Maternidade e trabalho: Associação entre depressão pós-parto, apoio social e satisfação conjugal. **Revista Pensando Famílias**. Porto Alegre. v. 21, n. 1, p. 99-111, 2016. Disponível em:

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2016000100008](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2016000100008). Acesso em: 20 jun. 2024.

MOROSINI, Agostinho. Paternidade responsável: uma reflexão sociológica do abandono paterno. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 3, n. 8, p. 42-52, 2023. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/ciencias-sociais/abandonopaterno> Acesso em: 20 jun. 2024.

NIELSON, Joice Graciele; DELAJUSTINE, Ana Claudia. A dimensão pública da violência de gênero e a inscrição política do corpo como território: muito mais do que “briga de marido e mulher”. **Revista Quaestio Iuris**. Rio de Janeiro. v. 13, n. 01, p. 322-347, 2020. DOI: <https://doi.org/10.12957/rqi.2020.40621>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/quaestioiuris/article/view/40621>. Acesso em: 05 abr. 2025.

OLIVEIRA, Anita Loureiro de. CORPO, ESPACIALIDADE E MATERNAGEM: Trilhas para uma geografia. **Revista da ANPEGE**, Recife, v. 17, n. 32, p. 217-243, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5418/ra2021.v17i32.12472>. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/12472>. Acesso em: 05 abr. 2025.

OLIVEIRA, Yohana Veras de; DOS SANTOS, Willyane da Silva Ferreira; BISNETO, José Antônio de Melo; D'ANGELO, Isabele Bandeira de Moraes. Feminismo, maternidade e saúde mental das mulheres: compreensões a partir da realidade social. **Revista Foco**. Curitiba v. 15. n. 7, p. 1-9, 2022. DOI: 10.54751/revistafoco.v15n7-007. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/612>. Acesso em: 05 abr. 2025.

PEREIRA, Rodrigo Cunha. Pai, por que me abandonaste? In: GROENINGA, Giselle Câmara; PEREIRA, Rodrigo Cunha (Orgs.). **Direito de família e psicanálise**: rumo a uma nova epistemologia. Rio de Janeiro: Imago, 2003, p. 219-228.

REIS, Naiane Vieira dos. Interação e cuidado materno: análise socio semiótica de histórias de vida de estudantes da área de Letras. **Revista Estudos Semióticos**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 51-69, 2022. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2022.198486>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/esse/article/view/198486>. Acesso em: 05 abr. 2025.

SILVA, Elenir Lindaura; BENITEZ, Priscila; MIZAEL, Táhcita Medrado; PASIAN, Mara Silvia. Retrato das Narrativas de Mães Universitárias no Contexto Acadêmico. **Revista Ensino, Educação e Ciências Humanas**. São Paulo, v. 24, n. 2, p. 275-283, 2023. DOI: <https://doi.org/10.17921/2447-8733.2023v24n2p275-283>. Disponível em: <https://revistaensinoeducacao.pgsscogna.com.br/ensino/article/view/9689>. Acesso em: 05 abr. 2025.

SOUZA, Viviam Mara Pereira de; LAROCCA, Liliana Müller; CHAVES, Maria Marta Nolasco; FIALLA, Melissa dos Reis Pinto Mafra; DURAND, Michelle Kuntz; LOURENÇO, Rafaela Gessner. Violência de gênero no espaço universitário. **Revista Cogitare Enfermagem.** Curitiba, v. 26, p. 1-11, 2021. DOI:

<http://dx.doi.org/10.5380/ce.v26i0.67689>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cenf/a/J4JnQfQCFFF95TybtkdfyZs/>. Acesso em: 05 abr. 2025.

URPIA, Ana Maria de Oliveira. SAMPAIO, Sônia Maria Rocha. Mães e universitárias: transitando para a vida adulta. In: SAMPAIO, Sônia Maria Rocha (Org.).

**Observatório da vida estudantil: primeiros estudos.** Salvador: EDUFBA, 2011. p. 145-168.

VIEIRA, Ailane Costa; SOUZA, Priscilla Bellard Mendes de; ROCHA, Danielle Souza da Paixão. Vivencias da Maternidade Durante a Graduação: Uma Revisão Sistemática.

**Revista COCAR,** Belém, v. 13. n. 25, p. 532-552, 2019. Disponível em:

<https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/2172>. Acesso em: 20 jun. 2024.

Submetido em: 05-07-2024

Aprovado em: 22-01-2025

Publicado em: 29-06-2025